

Opinião

Valor

Jornal econômico de circulação nacional, publicado desde 2 de maio de 2000 pela Valor Econômico S.A.

Diretora de Redação: Vera Brandimarte
Conselho Editorial: Alexandre Caldini Neto, Aluizio Maranhão Gomes da Silva, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Celso Pinto, João Roberto Marinho, Luiz Frias, Otávio Frias Filho, Roberto Irineu Marinho e Vera Brandimarte
Diretor-presidente: Alexandre Caldini Neto
Conselho de Administração: Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias, Marcello Henrique Monteiro de Moraes, Roberto Irineu Marinho

Greve do setor público se alastra e acua o governo

As greves se alastraram no setor público, elevando os prejuízos e transtornos para a população. Para os empresários, as operações nos portos do país, que nunca foram um modelo de eficiência, praticamente estancaram com a paralisação dos funcionários da Anvisa e a operação padrão da Receita Federal. Os fiscais da Agricultura deixaram de ir ao trabalho e a inspeção da carne produzida por frigoríficos e aviários deixou de ser feita na escala necessária. A população, em geral mal servida e maltratada quando precisa do serviço público, convive com apagões localizados de atendimento. Estudantes das universidades federais não têm aula há mais de três meses, enquanto motoristas, a passeio ou trabalho, foram submetidos a um congestionamento e revistas abusivas patrocinados pela Polícia Rodoviária Federal. Por muitos motivos os funcionários públicos deveriam ser trabalhadores como todos os outros e por poucos, um trabalhador diferente. Serviços públicos são essenciais e sua privação acarreta danos materiais ou físicos a vastas camadas da população, como no caso da paralisação de hospitais, por exemplo, ou da segurança pública. O direito de greve foi assegurado pela Constituição, com alguns contrapesos indispensáveis, como a obrigatoriedade da continuidade do trabalho com pelo menos um terço do efetivo realizando suas tarefas normalmente etc. Entretanto, alguns desses limites necessários, que existem para proteger a população, só são respeitados depois que os governos recorrem à Justiça. Em boa parte dos casos, os danos à população já foram consumados. Em geral, os governos têm de recorrer à Justiça como primeira arma, pelas falhas legais que perpetuam uma distinção injusta entre os funcionários públicos e o resto da população que lhes paga os salários. É pouco frequente o desconto dos dias parados nas longas greves públicas, de forma que há um incentivo implícito à descontinuidade do serviço até que as reivindicações sejam aceitas. Numa paralisação, o tempo é um dos trunfos principais da disputa, porque ele mede o período pelo qual as partes podem ficar sem receber salários, no caso dos empregados, ou sem bens produzidos, no caso dos empresários.

No setor público, o patrão é o Executivo, mas o que deixa de ser realizado são bens públicos. Além de realizarem greves que dificilmente vai lhes pesar nos bolsos, os servidores públicos também não precisam temer a maior ameaça que pesa sobre os trabalhadores privados: a demissão. Há poucas coisas tão sagradas no país quanto a estabilidade do servidor público. Há 99% de chances de os atuais grevistas, mesmo se perderem a disputa, voltarem para seus trabalhos sem que nada lhes tenha ocorrido. Dessa forma, é fácil explicar a valentia de alguns dos sindicatos do funcionalismo. Não há represálias a recear. Um dos motivos para a criação da estabilidade no setor público foi o de proteger o servidor das vinganças ou oportunidades políticas dos partidos no poder. Isso não evitou outro mal. Em várias franjas do funcionalismo, formaram-se condomínios partidários de indicações políticas de pessoas que se mantêm no cargo ou são promovidas sem que isso tenha qualquer relação com competência ou mérito. Na média, os servidores públicos têm ainda outra vantagem — sua remuneração é maior do que a do setor privado. É inegável que vários setores que estão na linha de frente do atendimento à população, como os funcionários da Saúde, por exemplo, ganham pouco. Esse não parece ser o caso do auditor fiscal, cujo salário inicial é de R\$ 13,6 mil, ou de um agente da Polícia Federal, que inicia carreira recebendo R\$ 7,5 mil. Um novato na polícia rodoviária federal tem salário de R\$ 5,8 mil. Em duas etapas no governo Lula os reajustes dos servidores foram de 170% e o gasto per capita do Estado com os servidores saiu de R\$ 2,8 mil para R\$ 7,7 mil de 2003 para hoje (“Folha de S. Paulo”, 9 de agosto) e os aumentos chegaram a 100%. É preciso encontrar fórmulas de evitar a corrosão do poder aquisitivo dos funcionários públicos, que precisam de reajustes como os demais trabalhadores. Mas suas reivindicações, a serem pagas por quem não ganha tanto quanto eles, precisam se adequar à evolução das receitas, da produtividade e da qualidade dos serviços prestados — muito baixa em geral. Da mesma forma, o Estado precisaria obter instrumentos mais efetivos para proteger a população no caso de greves como as de agora.



País tem que conduzir uma “Commonwealth” do mundo português. Por **Diogo Castro e Silva**

Mundo em mudança: que liderança para o Brasil?

Se existe algo em comum nos eventos deste século é o acréscimo da incerteza global, com destaque para a geopolítica, com eventos de ruptura ao status quo a sucederem-se ao longo destes doze imberbes anos do novo milênio. No meio de todas estas incógnitas sobre o futuro existem, contudo, certezas. A principal, é a diminuição acelerada do poder dos principais atores do pós-Segunda Guerra Mundial, sejam eles os Estados Unidos e a Europa Ocidental ou a Rússia.

Para as grandes economias emergentes, China, Índia e Brasil, esta é uma oportunidade de liderança embora as três demonstrem uma enorme relutância em preencher o vazio criado. Os três países são herdeiros de uma longa história de não alinhamento, de autarquia política e do seu tecido econômico, negando quase sempre posições afirmativas no contexto internacional. Dos três, o Brasil é aquele que está mais atrás em assumir um novo papel global, sobretudo no capítulo das suas empresas, e que paradoxalmente tem algumas das condições de base mais favoráveis para assumir esse desafio.

Em primeiro lugar, o Brasil não tem rival geopolítico por perto da mesma forma que a China e Índia são rivais no mesmo espaço geográfico. Este aspecto pode parecer um pormenor, mas é importante na medida em que libera recursos da defesa e segurança nacional para a economia e coloca menores obstáculos políticos à capacidade de influenciar o espaço geográfico regional.

Em segundo, pela natureza multinacional e multiétnica da sua população. Num mundo onde as identidades são por vezes assassinas, como tão bem escreve o escritor libanês Amin Maalouf, o Brasil construiu a sua identidade de contribuições do mundo inteiro. Num mundo globalizado de negócios tem que contar como vantagem ter no seu seio uma comunidade com ascendência do Oriente Médio de mais de oito milhões de pessoas,

pode inovar e assumir aquilo que hoje Portugal não tem hoje capacidade de fazer.

Existe uma base que é a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), mas é necessário dar-lhe muito mais conteúdo. O Brasil representa mais de 80% do PIB de toda a CPLP. Estender, por exemplo, a consideração de incorporação nacional do setor do petróleo para subsidiárias de empresas do país situadas no espaço da CPLP pode resolver muitos gargalos do programa de investimentos da Petrobrás, ancorar a internacionalização das empresas e ajudar nos aproximados da fileira de serviços de petróleo brasileira à angolana aumentando o mercado potencial das empresas que servem a Petrobrás. À semelhança da Índia e da China, o Brasil precisa criar as suas empresas globais num conjunto de setores importantes e mais do que barreiras e quotas, este é o caminho que terá mais efeitos em longo prazo no aumento de competitividade das empresas no mercado doméstico.

África é hoje, e bem, uma prioridade da política externa do país. É o continente que está entre o Brasil e os seus principais clientes, nomeadamente a China, e partilha com o Brasil muitas características onde o país foi ímpar a explorar como perfil agrícola e de recursos naturais. Dar corpo econômico à realidade da CPLP pode ser um poderoso trampolim de liderança para o Brasil num espaço que já é hoje objeto prioritário da concorrência internacional. Sem esquecer que Portugal tem ociosos no presente recursos humanos e industriais em muitos setores que podem ajudar e muito na competitividade internacional e doméstica das empresas brasileiras.

Capturar talento pelo mundo, internacionalizar as empresas, aproveitar as ligações informais das suas comunidades imigrantes são as cartas que o Brasil tem ao seu dispor para também ele liderar este mundo em mudança. Agora é só jogá-las.

Diogo Castro e Silva é diretor-executivo do BCG Brasil.

Diretora de Redação Vera Brandimarte (vera.brandimarte@valor.com.br)	Graziella Valenti (graziella.valenti@valor.com.br)	Rodrigo Uchoa (rodrigo.uchoa@valor.com.br)	Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br)
Diretora Adjunta de Redação Claudia Safatle (claudia.safatle@valor.com.br)	Marieli Olimos (marieli.olimos@valor.com.br)	Editor de Indústria e Infraestrutura Ivo Ribeiro (ivo.ribeiro@valor.com.br)	Editora Valor Online Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)
Diretora de Conteúdo do Valor Online Raquel Balarin (São Paulo) (raquel.balarin@valor.com.br)	Monica Izaguirre (Brasília) (monica.izaguirre@valor.com.br)	Editor de Tecnologia e Comunicações Júlio Rosa (Joaquim Rosa) (joao.rosa@valor.com.br)	Coordenador Valor Data William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
Editores-executivos Célia de Gouveia Franco (celia.franco@valor.com.br)	Raymundo Costa (Brasília) (raymundo.costa@valor.com.br)	Editor de Agronegócios Fernando Lopes (fernando.lopes@valor.com.br)	Editores de Projetos Especiais Célia Roseblum (celia.roseblum@valor.com.br)
Cristiano Romero (Brasília) (cristiano.romero@valor.com.br)	Ribamar Oliveira (Brasília) (ribamar.oliveira@valor.com.br)	Editora de Finanças Vanessa Adachi (vanessa.adachi@valor.com.br)	Correspondentes internacionais Alex Ribeiro (Washington) (alex.ribeiro@valor.com.br)
José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)	Sérgio Leo (Brasília) (sergio.leo@valor.com.br)	Editor de S.A. Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)	Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Pedro Cafardo (pedro.cafardo@valor.com.br)	Editora de Brasil Denise Neumann (denise.neumann@valor.com.br)	Editora de Carreiras Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)	César Felício (Buenos Aires) (cesar.felicio@valor.com.br)
Chefe da Redação em Brasília Rosângela Bittar (rosangela.bittar@valor.com.br)	Editora de Política Mariana Cristina Fernandes (maricristina.fernandes@valor.com.br)	Editora de Legislação e Tributos Zínia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)	Correspondentes nacionais Marcos de Moura e Souza (beto.horizonte)
Chefe da Redação no Rio Helôisa Magalhães (heloisamagalhaes@valor.com.br)	Editor de Internacional Humberto Saccomandi (humberto.saccomandi@valor.com.br)	Editor de Cultura Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br)	Vanessa Jurgensfeld (vanessa.jurgensfeld@valor.com.br)
Repórteres Especiais Angela Bittencourt (angela.bittencourt@valor.com.br)	Editora de Tendências e Consumo Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)	Editor de Arte/Fotografia Silas Botelho Neto (silas.botelho@valor.com.br)	Marieli Lima (Curitiba) (marieli.lima@valor.com.br)
Cristine Prestes (cristine.prestes@valor.com.br)	Editora de ValorInveste (mauricio.ribeiro@valor.com.br)	Diretora de Publicidade Legal Andréa Flores (andrea.flores@valor.com.br)	Daphne Marahovschi Sancovsky (daphne@valor.com.br)
Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br)	Diretor de Circulação Marceliano Antonio Silva Junior (marceliano@valor.com.br)	Diretor de Negócios Digitais Rubens Pedretti Jr. (rubens.pedretti@valor.com.br)	Diretor de Marketing Ricardo Paçkness de Almeida (ricardo.packness@valor.com.br)
Diretor-presidente Alexandre Caldini Neto (alexandre.caldini@valor.com.br)	Diretor de Eventos e Seminários Carlos Raices (carlos.raices@valor.com.br)	Diretor de TI Maurício Ribeiro	
Diretor Financeiro Carlos Alberto Arroyo Ponce de Leon (carlos.ponce@valor.com.br)			
Diretora Comercial Ivanilda Gadioli			

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Circulação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico S.A. Av. Francisco Matarazzo, 1500, Torre New York, 1º, 2º, 3º e 8º andares. - Condomínio Água Branca - São Paulo - SP
 CEP 05001-100 - Telefone 0 xx 11 3767 1000
Departamentos de Publicidade Impressa e On-line SP: Telefone 0 xx 11 3767-1012. RJ 0 xx 21 3521 1414. DF 0 xx 61 3717 3333.
 Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000 Fax 0 xx 11 3767 1348. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SRTVN Quadra 701 - Módulo C - Centro Empresarial Norte - sala 801 - Bloco B - CEP 70719-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Irineu Marinho, 70 - 6º andar - CEP 20230-023
Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PE e Região Nordeste
 Canal Chetto Comm. e Representação
 CE/PI/MA/RN - Dialogar Propaganda & Marketing - Isabel
 Interior de São Paulo e Litoral
 M Mardesag Representações Com
MG/ES - Sat Propaganda
 Para vendas de assinaturas e atendimento ao assinante ligue:
 (11) 2199-2199 (Grande São Paulo) ou 0800 7018888 (demais localidades) de segunda a sexta das 07h às 19h30.
assinaturas@valor.com.br - atendimento@valor.com.br Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**.
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência.
Preço de assinaturas (para todo o território nacional): **18 meses:** R\$ 1.512,00. **12 meses:** R\$ 1.008,00; **6 meses:** R\$ 504,00